

O léxico como eixo da acessibilidade científica: terminologia, compreensão e a reformulação intralingual

**Lexis as the axis of scientific accessibility: terminology,
comprehension, and intralingual reformulation**

Eduardo Lucas Sousa Enéas * 

Bárbara Tayná Santos Eugênio da Silva Dantas ** 

Thereza Sophia Jacome Pires *** 

RESUMO: Este artigo analisa teoricamente o papel do léxico especializado na construção da acessibilidade de textos científicos dirigidos a leitores não especialistas. Parte da constatação de que a ampliação do acesso à informação científica, favorecida pela digitalização e pela diversificação dos canais de divulgação, não assegura, por si, a compreensão do conhecimento pelo público, o que torna necessário examinar as condições linguísticas que permitem sua apropriação. Entre essas condições, destaca-se o léxico especializado, entendido não como inventário de rótulos aplicados a conceitos previamente formados, mas como componente que organiza, relaciona e comunica o saber científico. O estudo, de natureza teórico-bibliográfica, qualitativa e crítico-conceitual, articula contribuições das Ciências do Léxico, da Terminologia e dos estudos sobre acessibilidade textual, sem constituir revisão sistemática, pesquisa empírica ou proposta de modelo. Discute-se, inicialmente, a distinção funcional entre palavra e termo, sustentando que o valor especializado de uma unidade se ativa no contexto e no gênero, e não em sua forma. Em seguida, examinam-se as dimensões lexicais que podem dificultar a compreensão, como familiaridade, densidade, opacidade conceitual e extensão sintagmática, argumentando que a complexidade é relativa ao leitor e que índices quantitativos constituem apenas estimativas. Distinguem-se, então, a complexidade textual como condição relativa, a simplificação como processo e a Acessibilidade Textual e Terminológica como condição desejada de funcionamento do texto para um público definido. A noção de reformulação intralingual é mobilizada como hiperônimo das operações de tratamento do léxico, que incluem a manutenção acompanhada de explicação, a definição, a paráfrase, a exemplificação e a substituição contextualizada. O artigo defende quatro proposições centrais: nem todo termo precisa ser eliminado; uma palavra familiar pode

* Doutorando e mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba (PROLING/UFPB). eduardolucas.vip@gmail.com.

** Doutoranda e mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba (PROLING/UFPB). barbarataynaseds@gmail.com.

*** Doutora e mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba (PROLING/UFPB). jacomethereza@gmail.com.

representar um conceito desconhecido; a substituição lexical pode modificar o conceito; e precisão terminológica e compreensão do leitor podem ser compatíveis. Conclui-se que o problema da acessibilidade não reside necessariamente na presença da terminologia, mas na ausência de condições linguísticas, discursivas e conceituais para que o leitor dela se aproprie. Reconhecem-se os limites de um estudo conceitual, cujas proposições demandam verificação empírica com textos e leitores reais, e aponta-se a necessidade de pesquisas que articulem a reflexão das Ciências do Léxico à observação da recepção efetiva do léxico especializado.

PALAVRAS-CHAVE: Léxico especializado. Acessibilidade textual e terminológica. Terminologia. Reformulação intralingual. Comunicação científica.

ABSTRACT: This article offers a theoretical analysis of the role of specialized lexis in making scientific texts accessible to non-specialist readers. It begins from the observation that the expansion of access to scientific information, driven by digitalization and by the diversification of dissemination channels, does not in itself ensure that knowledge is understood by the public, which makes it necessary to examine the linguistic conditions that enable its appropriation. Among these conditions, specialized lexis stands out, understood not as an inventory of labels applied to previously formed concepts, but as a component that organizes, relates, and communicates scientific knowledge. The study, which is theoretical-bibliographical, qualitative, and critical-conceptual in nature, draws on contributions from the Lexical Sciences, Terminology, and research on textual accessibility, without constituting a systematic review, empirical research, or a proposed model. It first discusses the functional distinction between word and term, arguing that the specialized value of a unit is activated in context and genre rather than in its form. It then examines the lexical dimensions that may hinder comprehension, such as familiarity, density, conceptual opacity, and syntagmatic length, arguing that complexity is relative to the reader and that quantitative indices are only estimates. It distinguishes textual complexity as a relative condition, simplification as a process, and Textual and Terminological Accessibility as a desired condition of the text for a defined audience. The notion of intralingual reformulation is employed as a hypernym for the operations of lexical treatment, which include retaining terms accompanied by explanation, definition, paraphrase, exemplification, and contextualized substitution. The article defends four central propositions: not every term must be eliminated; a familiar word may represent an unfamiliar concept; lexical substitution may modify the concept; and terminological precision and reader comprehension can be compatible. It concludes that the problem of accessibility does not necessarily lie in the presence of terminology, but in the absence of linguistic, discursive, and conceptual conditions for readers to appropriate it. The limits of a conceptual study are acknowledged, and the need for empirical research relating the reflection of the Lexical Sciences to the actual reception of specialized lexis is highlighted.

KEYWORDS: Specialized lexis. Textual and terminological accessibility. Terminology. Intralingual reformulation. Scientific communication.

1. Introdução

A ampliação do acesso à informação científica, impulsionada pela digitalização e pela multiplicação de canais de divulgação, criou a expectativa de que o

conhecimento produzido nas universidades estaria, hoje, ao alcance de qualquer leitor. Essa expectativa, contudo, confunde disponibilidade com compreensão. Ao analisarem a circulação contemporânea da ciência, Kotz, Sobrinho e Rodrigues (2026) mostram que ela exige adaptação a públicos, formatos e plataformas, o que revela que a mera oferta de informação não basta para que o conhecimento seja efetivamente apropriado. Entre estar disponível e ser compreendido há uma distância que nenhuma tecnologia de distribuição resolve automaticamente, e é nessa distância que se inscrevem os problemas de que este artigo se ocupa. A circulação ampliada da ciência torna urgente, portanto, examinar as condições linguísticas que permitem, ou dificultam, a apropriação do conhecimento por leitores não especialistas.

Entre essas condições, o léxico especializado ocupa posição de particular relevância, por ser simultaneamente o que dá forma ao conhecimento e o que pode dele afastar o leitor. Sua centralidade na organização da língua é reconhecida por Krieger (2012), para quem o léxico constitui um componente multifacetado, ponto de encontro de dimensões morfológicas, discursivas, históricas e sociais, o que sugere que também no discurso científico ele desempenha papel estruturante. Os termos não são rótulos externos aplicados a conceitos já formados, mas unidades que organizam e comunicam o saber especializado. Por essa razão, compreender como o léxico especializado condiciona a acessibilidade científica é indispensável para qualquer reflexão sobre a aproximação entre ciência e público.

A literatura sobre acessibilidade textual oferece bases sólidas para tratar dessa relação, mas a articulação específica entre léxico especializado, precisão conceitual e reformulação ainda demanda sistematização. A Acessibilidade Textual e Terminológica, tal como delimitada por Finatto (2020), constitui uma vertente da Terminologia atenta ao funcionamento do léxico no texto e ao perfil do leitor, o que estabelece um quadro fértil para pensar o problema. Persiste, contudo, a necessidade de examinar de modo articulado como as operações de tratamento do léxico, que vão da manutenção explicada à reformulação, podem ampliar a acessibilidade sem

comprometer as distinções conceituais que a terminologia sustenta. É essa articulação, situada no cruzamento entre as Ciências do Léxico e os estudos de acessibilidade, que o presente artigo busca desenvolver.

Diante desse quadro, formula-se o seguinte problema: de que modo o tratamento do léxico especializado pode ampliar a acessibilidade da comunicação científica dirigida a leitores não especialistas sem comprometer a precisão conceitual? A tese que se defende é a de que o léxico especializado constitui um eixo estruturante da acessibilidade científica, porque os termos não apenas nomeiam conteúdos, mas ativam, organizam e relacionam conceitos, de modo que tornar o conhecimento acessível não significa eliminar indiscriminadamente a terminologia, e sim promover formas contextualizadas de manutenção, explicação, variação e reformulação intralingual, considerando o perfil do leitor e preservando distinções conceituais relevantes. Um dos fundamentos dessa tese encontra-se na demonstração, conduzida por Costa (2022), de que a seleção denominativa pode alterar traços conceituais, o que evidencia porque a substituição irrefletida de termos não constitui, por si, caminho para a acessibilidade.

Analisar teoricamente o papel do léxico especializado na construção da acessibilidade de textos científicos dirigidos a leitores não especialistas constitui o objetivo geral do artigo. Esse objetivo desdobra-se em quatro movimentos específicos: discutir a relação entre unidades terminológicas, conceitos e construção do conhecimento; examinar as dimensões lexicais que podem dificultar a compreensão; articular as noções de complexidade textual, simplificação, acessibilidade textual e terminológica e reformulação intralingual; e problematizar a aparente oposição entre precisão terminológica e compreensão do leitor. Esse conjunto de questões inscreve-se no âmbito das Ciências do Léxico, campo que, como descrevem Silva e Bevilacqua (2022), reúne a Lexicologia, a Lexicografia e a Terminologia, e no qual o presente estudo se situa.

Quanto à natureza, trata-se de estudo teórico-bibliográfico, qualitativo e crítico-conceitual, que não constitui revisão sistemática, pesquisa empírica, análise de corpus ou proposta de modelo. A construção de uma base teórica consistente requer, conforme lembram Goulart e Rech (2018), seleção pertinente das fontes e diálogo com os principais estudos da área, orientação que conduz o percurso aqui adotado. Os eventuais exemplos mencionados ao longo do texto cumprem função ilustrativa, destinada a esclarecer distinções conceituais, e não constituem dados submetidos a análise. Essa delimitação metodológica preserva o caráter conceitual do artigo e sua aderência ao escopo das Ciências do Léxico. O texto organiza-se em nove seções, incluída esta introdução. A metodologia detalha o percurso teórico-bibliográfico adotado. Em seguida, discute-se o léxico especializado, o termo e a construção do conhecimento científico; examina-se a complexidade lexical e as barreiras à compreensão; distinguem-se complexidade, simplificação e acessibilidade textual e terminológica; trata-se da reformulação intralingual e das operações de tratamento do léxico; problematiza-se, em seção de caráter mais autoral, a relação entre precisão terminológica e compreensão; projeta-se a discussão sobre a comunicação científica; e, por fim, retoma-se o problema nas considerações finais. Ao percorrer esse itinerário, o artigo sustenta que a acessibilidade científica é uma condição relacional, orientada ao leitor, na qual o tratamento cuidadoso do léxico especializado desempenha papel decisivo.

2. Metodologia

Este trabalho caracteriza-se como estudo teórico-bibliográfico, de natureza qualitativa e orientação crítico-conceitual. Seu propósito não é mensurar variáveis nem descrever um corpus, mas examinar, à luz da literatura das Ciências do Léxico, o papel do léxico especializado na acessibilidade de textos científicos dirigidos a leitores não especialistas. A opção por essa modalidade se justifica porque o objeto do artigo é de ordem conceitual e relacional: trata-se de compreender como termos, conceitos e perfis

de leitor se articulam no funcionamento do texto, questão que se investiga por meio da análise e da confrontação de formulações teóricas, e não por procedimentos experimentais. A construção de uma base teórica consistente exige, como observam Goulart e Rech (2018), problema claramente delimitado, seleção pertinente das fontes e diálogo com os principais autores e estudos da área, requisitos que orientam o percurso aqui adotado.

A seleção das referências partiu de um núcleo de autores e obras representativos das Ciências do Léxico, com atenção às vertentes da Lexicologia, da Terminologia e dos estudos sobre acessibilidade textual. O critério condutor não foi a exaustividade, própria de revisões sistemáticas, mas a pertinência conceitual de cada fonte para as questões que estruturam o artigo. Essa escolha responde à exigência de coerência entre o problema formulado, os materiais mobilizados e as conclusões alcançadas, tal como advertem Goulart e Rech (2018), de modo que a bibliografia reunida atende diretamente aos eixos definidos e não a um levantamento indiscriminado da produção disponível.

As obras foram organizadas segundo a função argumentativa que desempenham no artigo, e não apenas por tema. Um mesmo trabalho pode sustentar mais de um momento do raciocínio, como ocorre com os estudos sobre acessibilidade textual e terminológica de Finatto (2020), que fundamentam tanto a distinção entre complexidade, simplificação e acessibilidade quanto a discussão sobre reformulação. Essa organização por função permite que a literatura seja mobilizada de forma articulada, evitando o acúmulo de citações desprovido de encadeamento conceitual, e assegura que cada autor seja convocado no ponto em que sua contribuição efetivamente sustenta o argumento.

A articulação conceitual constitui o procedimento central do estudo. Em lugar de resumir sequencialmente cada obra, o artigo confronta formulações provenientes de diferentes vertentes, buscando pontos de convergência e tensões produtivas entre elas. A abordagem terminológico-discursiva proposta por Nadin (2022), por exemplo,

dialoga com a análise da variação denominativa conduzida por Costa (2022) e com a caracterização das Ciências do Léxico apresentada por Silva e Bevilacqua (2022), compondo um quadro em que o valor especializado do termo é entendido como fenômeno contextual e cognitivo. Esse cruzamento de perspectivas é o que confere ao trabalho seu caráter crítico-conceitual, na medida em que as fontes são postas em relação e não apenas justapostas.

O recorte lexical foi mantido como fio condutor em todas as etapas da análise. Embora o léxico atue no interior de uma totalidade textual que envolve sintaxe, semântica e discurso, condição reconhecida por Finatto (2020), o estudo concentra-se na dimensão lexical e terminológica da acessibilidade, tratando os demais planos como contextos que a delimitam. Essa delimitação evita que o artigo se disperse em uma discussão geral sobre legibilidade ou compreensão e preserva a aderência do trabalho ao escopo das Ciências do Léxico e do dossiê ao qual se vincula.

O recurso a fontes externas ao núcleo inicial obedeceu a um critério de complementaridade. Quando a discussão exigiu o aprofundamento de conceitos não plenamente cobertos pelas obras de partida, como a delimitação da reformulação intralingual no campo dos Estudos da Tradução ou a caracterização da comunicação pública da ciência, recorreu-se a fontes especializadas nesses debates. Tais fontes não substituem as referências centrais, mas dialogam com elas para completar lacunas conceituais específicas. O uso de exemplos, por fim, cumpre função exclusivamente ilustrativa: casos de termos, variantes ou reformulações são apresentados para esclarecer distinções conceituais, e não como dados submetidos a análise empírica, cautela que preserva a distinção entre ilustração conceitual e verificação empírica. Esse procedimento mantém a coerência entre o problema, a seleção das fontes e os objetivos do estudo, conforme orientam Goulart e Rech (2018).

3. Léxico especializado, termo e construção do conhecimento científico

O léxico ocupa posição privilegiada na organização das línguas e no modo como os falantes representam o mundo. Essa centralidade é enfatizada por Krieger (2012), que descreve o léxico como ponto de encontro de abordagens morfológicas, discursivas, históricas e sociais, revelando sua natureza multifacetada. Não se trata de uma centralidade meramente quantitativa, associada ao número de unidades disponíveis, mas qualitativa, pois é por meio das unidades lexicais que os conhecimentos se nomeiam, se estabilizam e circulam entre gerações e comunidades. Reconhecer o léxico como componente estruturante da língua é o primeiro passo para sustentar que ele também estrutura o acesso ao conhecimento científico, tese que percorre este artigo.

Essa condição estruturante se reforça quando se atenta para a dimensão dinâmica do léxico. O fundo lexical, na descrição de Faulstich (2012), reúne um conjunto de unidades e regras que permitem criar novas entidades, o que caracteriza o léxico como sistema aberto, sensível ao uso e em permanente reconfiguração. Essa plasticidade importa para a discussão sobre acessibilidade porque indica que o repertório especializado não é um inventário fixo, mas um domínio que se expande à medida que o conhecimento se especializa e demanda novas denominações. Se o léxico se renova continuamente em resposta às necessidades comunicativas, então tratar da acessibilidade científica implica considerar não apenas as unidades já consolidadas, mas também os mecanismos pelos quais novas formas passam a integrar o discurso especializado.

No interior desse componente lexical, a distinção entre palavra e termo merece tratamento cuidadoso, sob risco de reproduzir uma separação rígida que não se sustenta. Como argumenta Nadin (2022), não existem línguas especializadas autônomas em relação às línguas naturais, mas usos das línguas naturais em contextos especializados, de modo que o valor terminológico de uma unidade se ativa no contexto e no gênero em que ela ocorre. Essa formulação desloca o critério de distinção

da forma para a função: uma mesma unidade lexical pode operar como palavra comum em um contexto cotidiano e como termo em um contexto científico. Tal concepção funcional encontra fundamento na Teoria Comunicativa da Terminologia, para a qual a unidade terminológica não constitui uma categoria à parte do léxico geral, mas uma unidade lexical que adquire valor especializado nas condições comunicativas em que é empregada (Cabré, 1999). A consequência para a acessibilidade é direta, pois evita a suposição equivocada de que existiria um vocabulário técnico intrinsecamente inacessível, separado por natureza da língua compartilhada.

A caracterização do termo pelo valor especializado, e não pela forma, encontra respaldo na descrição das Ciências do Léxico. Termo e palavra, segundo Silva e Bevilacqua (2022), não se distinguem pela configuração formal, mas pelo valor especializado ativado no contexto, o que situa a Lexicologia, a Lexicografia e a Terminologia como núcleo de um campo dedicado ao funcionamento das unidades lexicais em usos especializados. Reconhecer esse valor implica admitir o caráter poliédrico do termo, que articula uma face linguística, uma face cognitiva e uma face comunicativa (Cabré, 1999), de modo que descrevê-lo exige considerar simultaneamente sua forma, o conceito que veicula e a situação de uso em que funciona. Ao adotar essa perspectiva, o artigo assume que a fronteira entre léxico comum e léxico especializado é funcional e gradiente, não categórica. Essa compreensão sustenta um dos pontos centrais da tese, segundo o qual tornar um texto acessível não corresponde a suprimir aquilo que seria técnico por essência, mas a criar condições para que o valor especializado de certas unidades seja reconhecido e apropriado pelo leitor.

Se o termo veicula um valor especializado ativado no contexto, então denominar não é uma operação neutra sobre conceitos previamente dados. A análise de variantes terminológicas da Economia conduzida por Costa (2022) demonstra que diferentes denominações podem ativar traços conceituais distintos e refletir pontos de

vista diversos sobre o mesmo objeto, atuando como recursos discursivos e cognitivos, e não apenas estilísticos. Essa constatação é decisiva para o argumento do artigo, pois mostra que a relação entre denominação e conceito é constitutiva: a forma escolhida para nomear participa da própria delimitação do que se compreende. A terminologia, nesse sentido, não apenas rotula conteúdos já formados, mas organiza e orienta a construção do conhecimento especializado, o que confere ao tratamento do léxico um peso conceitual que a acessibilidade não pode ignorar.

Essa articulação entre denominação e conceito ganha contornos específicos quando se considera o funcionamento dos gêneros especializados. A abordagem terminológico-discursiva defendida por Nadin (2022) situa as unidades terminológicas como veículos de saberes que integram uma competência comunicativo-especializada, mobilizada de acordo com o perfil, a necessidade, o contexto e o gênero em jogo. Sob essa ótica, o termo não existe isolado, mas integra práticas discursivas situadas, o que significa que sua compreensão depende do domínio das convenções do gênero em que aparece. Para a acessibilidade científica, essa observação indica que aproximar o conhecimento de leitores não especialistas envolve mais do que substituir unidades lexicais, exigindo também considerar os gêneros por meio dos quais o saber é comunicado.

A variação terminológica, longe de ser um ruído a ser eliminado, revela-se inerente às linguagens especializadas e informativa quanto à organização conceitual dos domínios. Ao caracterizar essa variação como constitutiva das linguagens especializadas, Silva e Bevilacqua (2022) associam a crescente especificação do conhecimento à produção de unidades sintagmáticas mais densas, resultado da necessidade de precisar conceitos cada vez mais delimitados. Esse dado, contudo, não deve ser lido como medida direta de dificuldade, pois a maior complexidade formal de um termo reflete refinamento conceitual e não necessariamente obstáculo à compreensão. Ao reconhecer a variação e a densidade sintagmática como propriedades do funcionamento especializado do léxico, o artigo prepara a discussão,

desenvolvida nas seções seguintes, sobre as condições em que essas propriedades podem ou não constituir barreiras para o leitor, mantendo o léxico como eixo em torno do qual a questão da acessibilidade se organiza.

4. Complexidade lexical e barreira à compreensão científica

A dificuldade de compreender um texto científico costuma ser atribuída, de modo intuitivo, à presença de palavras longas ou de aparência técnica, mas essa explicação é insuficiente. Ao examinarem os custos de processamento lexical, Villalva e Pinto (2018) mostram que a oposição entre palavra simples e palavra complexa é redutora, uma vez que as unidades apresentam graus distintos de complexidade e que a transparência estrutural e a composicionalidade influenciam o processamento mais do que o tamanho ou a mera presença de afixos. Essa constatação desloca o problema da superfície gráfica para as propriedades estruturais e cognitivas da palavra, e sugere que a complexidade lexical não pode ser medida apenas pela extensão ou pela aparência das formas. Reconhecer essa distinção é o ponto de partida para tratar as barreiras à compreensão sem reduzi-las a um único fator observável.

A complexidade, além de estrutural, é relativa ao leitor e ao seu repertório. Em estudo comparativo sobre disponibilidade lexical, Quintanilla Espinoza e Salcedo Lagos (2019) observam que o léxico geral é compartilhado e evocado com maior frequência, ao passo que o léxico especializado é mobilizado em contextos restritos e depende da exposição e da participação em uma comunidade profissional. Essa dependência da experiência indica que a familiaridade com uma unidade não é propriedade da palavra em si, mas resultado da trajetória do leitor e de seu grau de inserção em determinado domínio. Para a discussão sobre acessibilidade, isso implica que uma mesma unidade pode ser transparente para um especialista e opaca para um leitor não iniciado, o que confirma o caráter relacional da compreensão e desautoriza julgamentos de dificuldade que ignorem o perfil de quem lê.

A frequência e a disponibilidade lexical ajudam a descrever repertórios, mas não devem ser convertidas em medidas diretas de compreensão. A riqueza lexical, como demonstra Silva (2021), é uma medida proporcional, e não um valor abstrato de qualidade, de modo que valores baixos não indicam, por si, textos mal avaliados, o que revela os limites de índices quantitativos como estimativas de clareza. Essa cautela é relevante porque índices de frequência e variedade dependem do gênero, do tema e da extensão do texto, e não capturam as condições cognitivas que efetivamente sustentam a compreensão. Ao incorporar essa ressalva, o artigo evita tratar métricas lexicais como prova de acessibilidade e mantém a análise no plano das relações entre texto, conceito e leitor.

A densidade lexical, com frequência associada aos textos científicos, ilustra bem por que um indicador isolado não garante adequação ao leitor. Descrita por Da Silva e Rottava (2024) como a proporção de itens lexicais no texto, a densidade tende a ser mais elevada em textos acadêmicos, o que pode dificultar a leitura quando a concentração informacional é alta. Os próprios autores ressaltam, contudo, que medidas quantitativas precisam ser interpretadas com cautela e em relação à tarefa, já que a concentração de palavras de conteúdo não se traduz mecanicamente em dificuldade. Essa ponderação sustenta um dos compromissos assumidos neste artigo, o de não tomar densidade ou riqueza lexical como equivalentes de acessibilidade, e reforça que o empacotamento informacional é apenas uma entre várias dimensões que condicionam a leitura.

Ao lado das propriedades estruturais e estatísticas, a opacidade conceitual constitui uma barreira que a superfície lexical não revela. Retomando a análise da variação, Costa (2022) evidencia que variantes denominativas podem ativar traços conceituais distintos, de modo que a compreensão de um termo depende menos de sua forma e mais do conceito que ele mobiliza e das relações que estabelece com outros conceitos do domínio. Disso decorre uma implicação frequentemente negligenciada: uma palavra de aparência familiar pode representar um conceito especializado

desconhecido, e a familiaridade formal não assegura o acesso ao seu valor conceitual. Essa distinção entre reconhecer a forma e dominar o conceito será retomada adiante, pois está no centro da tensão entre precisão terminológica e compreensão que o artigo pretende problematizar.

A densidade sintagmática típica dos domínios especializados acrescenta outra camada de complexidade, ligada ao modo como o conhecimento se organiza. A elevada proporção de termos complexos constatada por Silva e Bevilacqua (2022) na terminologia das Ciências do Léxico associa-se à crescente especificação do conhecimento, que demanda unidades capazes de delimitar conceitos mais restritos. Como já assinalado, essa complexidade formal reflete refinamento conceitual e não deve ser interpretada como medida de dificuldade, mas ela impõe ao leitor não especialista a tarefa adicional de decompor e interpretar unidades extensas. O tratamento dessas unidades, portanto, não se resolve por sua simples eliminação, e sim pela criação de condições que permitam ao leitor reconstruir as relações conceituais que elas condensam.

O conhecimento prévio, por fim, atravessa todas essas dimensões e condiciona o efeito de cada uma delas. A complexidade, como sustenta Finatto (2020), é relativa ao leitor, e a acessibilidade depende do propósito comunicativo, da tessitura textual e do perfil do usuário, de modo que nenhuma propriedade lexical isolada determina, por si, a compreensão. Essa formulação integra os fatores discutidos ao longo da seção e mostra que familiaridade, frequência, densidade, opacidade e extensão sintagmática atuam de maneira articulada, e não somatória. Ao reunir esses elementos sob a chave da relação entre texto e leitor, o artigo prepara a transição para a discussão da acessibilidade textual e terminológica como condição desejada de funcionamento do texto, tema da seção seguinte, na qual o léxico é situado no interior de uma totalidade textual sem perder sua condição de eixo.

5. Acessibilidade Textual e Terminológica: do diagnóstico à condição desejada

A discussão sobre acessibilidade científica requer, antes de tudo, a distinção de três noções frequentemente tratadas como equivalentes. A Acessibilidade Textual e Terminológica, na formulação de Finatto (2020), constitui uma vertente da Terminologia que ultrapassa a elaboração de glossários e considera o funcionamento do léxico especializado no texto inteiro, articulado à sintaxe, à semântica, ao discurso e ao perfil do leitor. Essa formulação inicial permite separar aquilo que, no senso comum e mesmo em parte da literatura, tende a se confundir: a condição de um texto, o processo de intervenção sobre ele e o estado que se deseja alcançar. Tomar essas três noções como sinônimos compromete tanto o diagnóstico quanto as decisões sobre o tratamento do léxico, razão pela qual o artigo as trata separadamente antes de examinar como o léxico nelas se inscreve.

A primeira noção é a de complexidade textual, entendida como condição relativa de um texto diante de um leitor determinado. Conforme já assinalado a partir de Finatto (2020), a complexidade é relativa ao leitor, e as medidas lexicais e sintáticas fornecem apenas estimativas, de modo que nenhum texto é complexo em termos absolutos, mas complexo para alguém, em função de seu repertório e de seu propósito de leitura. Essa relatividade tem consequência conceitual importante: a complexidade não é um defeito a ser corrigido de forma automática, e sim uma relação a ser diagnosticada. Compreendê-la como condição relacional evita que o tratamento do léxico seja pensado como simples remoção de dificuldades, e o reorienta para a análise das necessidades do leitor visado.

A segunda noção é a de simplificação textual, que designa um processo de intervenção ou reescrita, e não uma propriedade do texto. Trata-se, na caracterização de Finatto (2020), de um processo de reformulação que, para ser eficaz, precisa considerar o propósito comunicativo, a tessitura textual e o perfil do usuário, e não apenas a substituição de itens lexicais isolados. Distinguir a simplificação como processo, e não como resultado garantido, é decisivo para o argumento do artigo, pois

desloca o foco da operação mecânica sobre palavras para a decisão fundamentada sobre o que, como e para quem reescrever. A simplificação, nesse sentido, é uma entre as ações possíveis de tratamento do léxico, e sua adequação depende de finalidades que não se resolvem no plano da forma lexical.

A terceira noção, a acessibilidade propriamente dita, corresponde a uma condição desejada de funcionamento do texto para um público definido. Sua confirmação, como adverte Finatto (2020), só pode ocorrer junto aos leitores-alvo, o que a distingue de uma qualidade intrínseca atribuível ao texto por meio de índices. Essa distinção é central para o artigo porque estabelece a acessibilidade como horizonte orientado ao leitor, e não como atributo mensurável de modo isolado, reforçando o compromisso, assumido desde a introdução, de não confundir acesso formal à informação com compreensão efetiva. A acessibilidade, assim entendida, é o estado que o tratamento do léxico busca favorecer, sem que nenhuma operação lexical, por si, o assegure.

Distinguir essas três noções também exige separar a Acessibilidade Textual e Terminológica de abordagens vizinhas com as quais é por vezes identificada. Embora compartilhem o objetivo de aproximar textos de seus leitores, ela não se confunde com a legibilidade, medida por fórmulas quantitativas, nem se reduz a movimentos de simplificação vocabular, pois seu foco recai sobre o funcionamento do léxico especializado na totalidade do texto e em relação a um público (Finatto, 2020). Preservar essa distinção evita que a discussão resvale para a mera aplicação de índices ou para a equivalência entre acessibilidade e empobrecimento do vocabulário, equívoco que o artigo rejeita. Por lidar especificamente com o léxico especializado, a Acessibilidade Textual e Terminológica mantém o termo no centro da reflexão sobre acessibilidade, sem dissolvê-lo em considerações genéricas sobre clareza.

Situado o quadro conceitual, cabe explicitar como o léxico opera no interior dessa totalidade textual sem perder sua condição de eixo. Embora a adaptação lexical isolada seja insuficiente, uma vez que o léxico atua articulado a outros planos do texto

(Finatto, 2020), essa insuficiência não retira do léxico sua centralidade no diagnóstico e no tratamento da acessibilidade. O ponto que o artigo sustenta é que o léxico funciona como porta de entrada e como articulador conceitual: é frequentemente no termo que a dificuldade se manifesta primeiro e é por meio dele que os conceitos se organizam. Manter o recorte lexical, portanto, não significa isolar o léxico dos demais planos, mas reconhecê-lo como o fio que permite examinar, de modo focado, como a acessibilidade se constrói no encontro entre texto especializado e leitor não especialista, tema que a próxima seção desenvolve ao tratar da reformulação intralingual.

6. Reformulação intralingual e tratamento do léxico especializado

O tratamento do léxico especializado com vistas à acessibilidade ganha precisão conceitual quando enquadrado sob a noção de reformulação intralingual. Uma primeira delimitação desse território é oferecida por Zethsen (2009), que, ao descrever a tradução intralingual como operação realizada dentro de uma mesma língua, contesta a posição marginal que esse tipo de reformulação ocupou nos Estudos da Tradução e reivindica sua legitimidade teórica. Essa reivindicação é relevante para o artigo porque desloca a reescrita de textos científicos para leigos do estatuto de tarefa menor, tratando-a como objeto que merece descrição própria. Reconhecer a reformulação dentro de uma língua como fenômeno de pleno direito é o passo inicial para examinar, com o devido cuidado, as operações pelas quais o léxico especializado se torna acessível.

No contexto brasileiro, esse território recebe formulação convergente e produtiva. Ao proporem a Reformulação Intralingual como hiperônimo para tarefas realizadas dentro de uma mesma língua, Carvalho e Lourenço (2023) abrangem a comunicação de especialistas para leigos, as leituras facilitadas, os resumos, as reescritas e as adaptações, reunindo sob um mesmo conceito operações antes dispersas. Ao evitar hierarquizá-las em relação à tradução intralingual, os autores

evidenciam que reorganizar uma mensagem para outro público é uma operação legítima e complexa, e não uma versão menor da tradução. Esse enquadramento, em sintonia com a discussão internacional sobre o lugar da tradução intralingual nos Estudos da Tradução conduzida por Zethsen e Hill-Madsen (2016), oferece ao artigo o conceito capaz de nomear, sem reducionismos, o conjunto de operações pelas quais o léxico científico se aproxima de leitores não especialistas.

Um ganho decisivo dessa perspectiva é dissociar a reformulação da simples troca de palavras. A equivalência estrita, argumentam Carvalho e Lourenço (2023), não é critério suficiente para avaliar a funcionalidade do texto reformulado, o que desloca a atenção da correspondência vocabular para a adequação da mensagem ao público e à finalidade. Essa observação afasta a ideia de que reformular consistiria em substituir termos técnicos por sinônimos supostamente mais simples. Reformular, nessa perspectiva, é reorganizar relações de sentido de modo funcional, tarefa que pode exigir a manutenção do termo, sua explicação ou sua reelaboração, conforme o efeito pretendido junto ao leitor.

Longe de opor-se à acessibilidade textual e terminológica, a reformulação articula-se a ela como um de seus procedimentos. A descrição da simplificação como processo de reformulação atento ao propósito comunicativo e ao perfil do usuário, proposta por Finatto (2020), aproxima a acessibilidade textual e terminológica da noção mais ampla desenvolvida pelos estudos da reformulação intralingual. Essa convergência permite tratar a reformulação não como técnica externa aplicada ao texto, mas como o modo pelo qual o tratamento do léxico se realiza no interior de um projeto de acessibilidade. Ambas compartilham o compromisso de orientar a reescrita pelas necessidades do leitor, sem tomar a substituição lexical como operação suficiente ou neutra.

Entre as operações que a reformulação disponibiliza, a manutenção do termo acompanhada de explicação ocupa lugar de destaque. A construção da acessibilidade a partir do funcionamento do léxico especializado no texto, tal como a concebe Finatto

(2020), abre espaço para que o termo seja preservado e, simultaneamente, esclarecido por meio de definição, paráfrase ou exemplificação. Manter o termo explicado, em vez de eliminá-lo, permite que o leitor tenha contato com a unidade especializada e, ao mesmo tempo, disponha das condições para compreendê-la. Essa operação, que o artigo defende como preferencial em muitos casos, preserva o acesso do leitor à denominação efetivamente empregada na comunidade especializada, contribuindo para sua autonomia informacional em leituras futuras.

A definição, a paráfrase e a exemplificação constituem recursos complementares que operam sobre a relação entre denominação e conceito. Uma vez que a seleção denominativa pode destacar determinadas informações conceituais, conforme mostra Costa (2022), explicar um termo não é apenas facilitar sua leitura, mas explicitar os traços conceituais que ele mobiliza. Ao definir, parafrasear ou exemplificar, o texto torna visíveis relações que o termo condensa, ajudando o leitor a reconstruir o conceito e não apenas a reconhecer a forma. Esses recursos, portanto, atuam sobre a dimensão conceitual do léxico, e sua escolha depende do que se pretende evidenciar para o leitor visado, o que reafirma o caráter não mecânico da reformulação.

A variante denominativa e a substituição contextualizada completam o repertório de operações, mas exigem cautela conceitual. Ao demonstrar que variantes podem ativar traços conceituais distintos e que a maioria delas não apresenta equivalência semântica total, Costa (2022) evidencia que substituir uma denominação por outra pode alterar aquilo que o leitor compreende. Essa constatação impõe um limite às estratégias de substituição: recorrer a uma variante mais familiar pode aproximar o leitor, mas também pode modificar o recorte conceitual, com perda de precisão. O artigo sustenta, por isso, que a substituição deve ser contextualizada e conceitualmente controlada, e que a escolha entre manter, explicar, parafrasear ou substituir um termo é uma decisão orientada pelo perfil do leitor e pela preservação

das distinções conceituais relevantes, o que conduz diretamente à tensão examinada na seção seguinte.

7. Entre precisão terminológica e compreensão do leitor

A oposição entre precisão terminológica e compreensão do leitor, tomada com frequência como um dilema incontornável, merece ser problematizada em suas premissas. A primeira proposição que o artigo sustenta é que nem todo termo precisa ser eliminado para que um texto se torne acessível. Ao caracterizar as unidades terminológicas como veículos de saberes que integram uma competência comunicativo-especializada, Nadin (2022) indica que o termo não é um obstáculo a ser removido, mas um elemento que organiza o conhecimento e pode ser apropriado pelo leitor. Eliminar indiscriminadamente a terminologia, sob esse ângulo, empobreceria o acesso do leitor ao próprio modo como o conhecimento se estrutura, razão pela qual a presença do termo não deve ser confundida, por princípio, com inacessibilidade.

A segunda proposição desloca o foco da forma para o conceito e revela por que a substituição lexical não resolve, sozinha, o problema da compreensão. Se uma denominação mobiliza traços conceituais específicos, como demonstra Costa (2022), então uma palavra de aparência familiar pode representar um conceito especializado desconhecido do leitor. Nesses casos, substituir o termo técnico por uma expressão corriqueira pode criar uma ilusão de compreensão, na qual o leitor reconhece a forma sem acessar o conceito. Essa distinção entre reconhecer a palavra e dominar o conceito é decisiva para o argumento do artigo, pois mostra que a acessibilidade não se mede pela familiaridade das formas empregadas, e sim pela possibilidade efetiva de apropriação conceitual.

A terceira proposição examina os efeitos conceituais da substituição e estabelece seus limites. A constatação de que a maioria das variantes analisadas não apresenta equivalência semântica total, formulada por Costa (2022), implica que trocar uma denominação por outra pode modificar o conceito veiculado. Essa compreensão

encontra reforço na caracterização da variação como constitutiva das linguagens especializadas, proposta por Silva e Bevilacqua (2022), para quem os termos se definem pelo valor especializado que assumem no contexto, e não por sua forma. Reunidas, essas contribuições sustentam que a substituição lexical é uma operação conceitualmente sensível, capaz de alterar aquilo que o leitor compreende, o que impõe ao tratamento do léxico um cuidado que a mera busca por palavras mais simples ignora.

A quarta proposição, que sintetiza as anteriores, afirma que precisão e acessibilidade não são necessariamente incompatíveis. A construção da acessibilidade a partir do funcionamento do léxico no texto e do perfil do leitor, tal como a concebe Finatto (2020), abre caminho para conciliar rigor conceitual e compreensão por meio de manutenção explicada, definição, paráfrase e exemplificação. Essa compatibilidade não é automática, mas depende da criação de condições linguísticas, discursivas e conceituais que permitam ao leitor aproximar-se do termo sem que este seja suprimido. O artigo defende, assim, que o antagonismo entre precisão e acessibilidade decorre menos da natureza da terminologia e mais da ausência dessas condições no texto.

Cabe, ainda, situar essa defesa em seus devidos limites, para não converter o léxico em explicação única da compreensão. O reconhecimento de que o léxico atua articulado à sintaxe, à semântica, ao discurso e ao perfil do usuário, presente em Finatto (2020), impede tomá-lo como fator isolado suficiente para a acessibilidade. O léxico é eixo estruturante porque é no termo que a organização conceitual se ancora e é por ele que muitas dificuldades se manifestam, mas ele opera no interior de uma totalidade textual e de uma relação com o leitor. Reconhecer esse limite não enfraquece a tese do artigo, e sim a precisa, ao afirmar que o tratamento do léxico é condição necessária, ainda que não suficiente, para a acessibilidade científica.

A síntese desta seção pode ser enunciada de modo direto: o problema da acessibilidade não é necessariamente a presença da terminologia, mas a ausência de

condições para que o leitor se aproprie dela. Nadin (2022) e Costa (2022) convergem ao mostrar que os termos organizam e comunicam conceitos, de modo que retirá-los sem critério pode reduzir a autonomia informacional do leitor em vez de ampliá-la. O que o artigo propõe, em lugar da oposição entre eliminar e manter, é um tratamento do léxico que module manutenção, explicação, variação e reformulação segundo o perfil do leitor e a finalidade do texto. Essa formulação prepara a discussão das implicações para a comunicação científica, na qual se distinguem alcance, acesso e compreensão efetiva.

8. Implicações para a comunicação científica

As reflexões desenvolvidas até aqui projetam-se sobre um cenário em que a ciência circula por múltiplos canais e formatos, dos portais institucionais às redes sociais. A circulação contemporânea da ciência, como observam Kotz, Sobrinho e Rodrigues (2026), exige adaptação a públicos, formatos e plataformas, e as práticas digitais podem combinar precisão técnica com recursos visuais e apelo ao público. Esse diagnóstico confirma que o tratamento do léxico especializado não é questão restrita ao texto científico primário, mas atravessa os diversos gêneros pelos quais o conhecimento chega a leitores não especialistas. A pergunta que orienta esta seção, portanto, é como as operações de manutenção, explicação e reformulação discutidas anteriormente se inscrevem nesse cenário ampliado de comunicação.

Compreender esse cenário exige superar a representação da divulgação como simples transmissão linear de conteúdo do especialista ao público. A literatura sobre comunicação pública da ciência, sistematizada por Bucchi e Trench (2021), problematiza o chamado modelo de déficit, segundo o qual bastaria transferir informação a um público concebido como carente de conhecimento, e propõe entender a comunicação científica como processo dialógico, sensível a contextos, públicos e mediações. Essa crítica dialoga diretamente com o argumento do artigo, pois, se o público não é um receptor passivo a ser preenchido com informação, então o

tratamento do léxico não pode ser pensado como mera entrega de termos simplificados. A acessibilidade, sob essa ótica, envolve criar condições para a participação do leitor na construção do sentido, e não apenas facilitar a recepção.

Dessa reconfiguração decorre uma primeira implicação, que exige distinguir alcance e engajamento de compreensão efetiva. Em sua análise de métricas de interação, Kotz, Sobrinho e Rodrigues (2026) constata que formato e tema não apresentaram influência estatística significativa sobre o engajamento, o que evidencia a complexidade da relação entre circulação e recepção. Essa constatação impede tomar indicadores de alcance ou de interação como prova de que o conhecimento foi compreendido. Curtidas, compartilhamentos e visualizações medem circulação e adesão, não apropriação conceitual, de modo que a acessibilidade, entendida como condição de compreensão orientada ao leitor, não pode ser inferida a partir de métricas de engajamento digital.

Distinguir acesso formal de compreensão efetiva constitui a segunda implicação, diretamente ligada ao tratamento do léxico. A confirmação da acessibilidade junto aos leitores-alvo, defendida por Finatto (2020), separa a mera disponibilização de um texto de sua efetiva compreensão pelo público visado. Disponibilizar informação científica, ainda que gratuitamente e em larga escala, não garante que o leitor se aproprie dos conceitos veiculados, sobretudo quando o léxico especializado permanece sem as condições de explicação examinadas nas seções anteriores. O artigo sustenta, assim, que ampliar o acesso à informação e ampliar a compreensão são objetivos relacionados, mas não coincidentes, e que o tratamento do léxico atua precisamente na passagem de um ao outro.

A terceira implicação diz respeito ao rigor com que a comunicação científica deve ser conduzida, inclusive em suas formas de divulgação. A exigência de coerência entre problema, métodos, resultados e conclusões, formulada por Goulart e Rech (2018), estabelece que fornece informação suficiente é condição para uma comunicação responsável. Transposta para a divulgação a públicos não especialistas, essa exigência

implica que a reformulação do léxico não pode sacrificar a integridade conceitual em nome da fluência ou do apelo, sob pena de comunicar de modo distorcido. A responsabilidade comunicativa, portanto, articula-se ao cuidado conceitual defendido pelo artigo: tornar acessível não é reduzir, mas reorganizar preservando aquilo que confere precisão ao conhecimento.

Essas implicações convergem para uma compreensão da acessibilidade como processo relacional e gradiente, e não como resultado garantido por qualquer canal ou técnica. A recomendação de considerar as especificidades do meio e da audiência, presente em Kotz, Sobrinho e Rodrigues (2026), reforça a necessidade de ajustar o tratamento do léxico ao gênero, à plataforma e ao perfil do leitor. Não há, portanto, uma solução lexical única aplicável a todos os contextos de divulgação, mas decisões situadas sobre manter, explicar ou reformular termos conforme a situação comunicativa. Ao projetar o tratamento do léxico para o campo ampliado da comunicação científica, o artigo reafirma que a acessibilidade se constrói na relação entre texto, leitor e contexto, conclusão que as considerações finais retomam em resposta ao problema inicial.

9. Considerações finais

Este artigo partiu da constatação de que a ampliação do acesso à informação científica não assegura, por si, a compreensão do conhecimento por leitores não especialistas, e perguntou de que modo o tratamento do léxico especializado pode ampliar a acessibilidade da comunicação científica sem comprometer a precisão conceitual. Ao longo do percurso, sustentou-se que a resposta não está na eliminação da terminologia, mas na criação de condições para que o leitor se aproprie dela. Essa conclusão apoia-se na tese, defendida por Finatto (2020), de que a acessibilidade se confirma junto aos leitores-alvo e depende do funcionamento do léxico no texto e do perfil do usuário, o que reafirma o caráter relacional da compreensão sustentado desde a introdução.

A tese de que o léxico especializado é eixo estruturante da acessibilidade científica sustenta-se nos argumentos reunidos ao longo das seções. A demonstração, conduzida por Costa (2022), de que a seleção denominativa mobiliza traços conceituais e de que a substituição de termos pode alterar o conceito compreendido evidencia porque o tratamento do léxico não pode ser reduzido à troca de palavras. Os termos organizam e comunicam conceitos, e é essa função que os torna centrais para a acessibilidade, ainda que não sejam sua única dimensão. Reafirma-se, assim, que tornar a ciência acessível exige modular manutenção, explicação, variação e reformulação segundo o leitor e a finalidade, e não suprimir aquilo que confere precisão ao conhecimento.

A contribuição teórica do artigo reside em articular, sob o recorte das Ciências do Léxico, noções que costumam ser tratadas separadamente ou como equivalentes. O conceito de reformulação intralingual como hiperônimo das operações de tratamento do léxico, proposto por Carvalho e Lourenço (2023) e situado no debate internacional dos Estudos da Tradução por Zethsen e Hill-Madsen (2016), permitiu, em sua articulação com a Acessibilidade Textual e Terminológica, distinguir complexidade, simplificação e acessibilidade sem perder de vista a centralidade do termo. Ao integrar essas contribuições, o artigo evidencia que precisão terminológica e compreensão do leitor não são necessariamente antagônicas, e que o problema da acessibilidade se localiza menos na presença da terminologia e mais na ausência de condições para sua apropriação.

Como todo estudo de natureza teórico-bibliográfica, este trabalho apresenta limites que convém explicitar. Suas conclusões situam-se no plano conceitual e não foram submetidas a verificação empírica com textos e leitores reais, de modo que, conforme adverte Finatto (2020), a acessibilidade só pode ser efetivamente confirmada junto ao público-alvo. As operações de tratamento do léxico aqui defendidas, embora fundamentadas na literatura, requerem investigação empírica que examine seus efeitos sobre a compreensão de leitores concretos, em gêneros e contextos

determinados. Reconhecer esse limite não diminui o alcance da reflexão, mas delimita seu âmbito e aponta para a necessária continuidade do trabalho.

Abre-se, assim, uma agenda de pesquisa que articule a reflexão conceitual desenvolvida a estudos empíricos sobre a recepção do léxico especializado. A natureza constitutiva da variação nas linguagens especializadas, recordada por Silva e Bevilacqua (2022), sugere a relevância de investigar como diferentes operações sobre o léxico, da manutenção explicada à substituição contextualizada, afetam a compreensão e a autonomia informacional de leitores não especialistas. Estudos dessa natureza, que combinem o rigor conceitual das Ciências do Léxico à observação de leitores reais, poderão confirmar, refinar ou corrigir as proposições aqui defendidas, contribuindo para que a acessibilidade científica se realize sem prejuízo da precisão que caracteriza o conhecimento especializado.

Referências

BUCCHI, M.; TRENCH, B. (ed.). **Routledge Handbook of public communication of science and technology**. 3. ed. London: Routledge, 2021. DOI: <https://doi.org/10.4324/9781003039242>. Acesso em: 10 de outubro de 2026.

CABRÉ, M. T. **La terminología**: representación y comunicación. Una teoría de base comunicativa y otros artículos. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, Universitat Pompeu Fabra, 1999.

CARVALHO, M. M.; LOURENÇO, G. É tradução ou não é tradução? Uma revisão e uma reformulação do conceito de tradução intralingual. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 43, e94351, p. 1-28, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7968.2023.e94351>. Acesso em: 10 de outubro de 2026.

COSTA, L. A. C. Análise dos padrões conceituais e das relações intratermos das variantes terminológicas da Economia. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 61, n. 1, p. 18-33, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/n9nHMYVCV8Q636pCLTsMLVt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 de outubro de 2026.

DA SILVA, A. M.; ROTTAVA, L. Densidade lexical em textos gerados pelo ChatGPT: implicações da inteligência artificial para a escrita em línguas adicionais. **Texto Livre**, Belo Horizonte, v. 17, e47836, p. 1-19, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1983-3652.2024.47836>. Acesso em: 13 de outubro de 2026.

FAULSTICH, E. Efeitos da nova ortografia no léxico do português: mecanismos gramaticais na grafia de algumas palavras e resultados no uso. *In*: LOBO, T. et al. (org.). **Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 363-380.

FINATTO, M. J. B. Acessibilidade textual e terminológica: promovendo a tradução intralinguística. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 49, n. 1, p. 72-96, 2020. DOI: <https://doi.org/10.21165/el.v49i1.2775>.

GOULART, B. N. G.; RECH, R. S. Comunicação científica efetiva: reflexões e dicas. **CoDAS**, São Paulo, v. 30, n. 2, e20170197, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/2317-1782/20182017197>. Acesso em: 13 de outubro de 2026.

KOTZ, S. R.; SOBRINHO, A. B. F.; RODRIGUES, M. S. B. Comunicação científica e engajamento online: análise da revista Science no Instagram e Facebook. **Texto Livre**, Belo Horizonte, v. 19, e59368, p. 1-14, 2026. DOI: <https://doi.org/10.1590/1983-3652.2026.59368>. Acesso em: 13 de outubro de 2026.

KRIEGER, M. G. O léxico do português do Brasil em dicionários. *In*: LOBO, T. et al. (org.). **Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 391-400.

NADIN, O. L. Abordagem terminológico-discursiva: pelo resgate da Terminologia e da Terminografia no ensino e na aprendizagem de línguas para fins específicos no contexto brasileiro. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 61, n. 1, p. 97-108, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103181311732711120220113>. Acesso em: 13 de outubro de 2026.

QUINTANILLA ESPINOZA, A.; SALCEDO LAGOS, P. Disponibilidad léxica en procesos de formación inicial de futuros profesores de inglés. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p. 529-554, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-6398201913157>. Acesso em: 13 de outubro de 2026.

SILVA, B. R. Riqueza do vocabulário: redações do ensino fundamental de escolas públicas. *In*: FINATTO, M. J. B.; PARAGUASSU, Liana Braga (org.). **Acessibilidade textual e terminológica**. Uberlândia: EDUFU, 2021. p. 106-135.

SILVA, F. M.; BEVILACQUA, C. R. Proposta de dicionário das Ciências do Léxico com base nas publicações dos membros do GTLex/ANPOLL. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 1-23, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-460X202238251021>. Acesso em: 13 de outubro de 2026.

VILLALVA, A.; PINTO, C. Complexidade morfológica e custos de processamento lexical. **Alfa**, São Paulo, v. 62, n. 1, p. 151-172, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5794-1804-7>. Acesso em: 13 de outubro de 2026.

ZETHSEN, K. K. Beyond translation proper: extending the field of translation studies. **TTR: Traduction, Terminologie, Rédaction**, Montréal, v. 20, n. 1, p. 281-308, 2007. DOI: <https://doi.org/10.7202/018506ar>. Acesso em: 13 de outubro de 2026.

ZETHSEN, K. K. Intralingual translation: an attempt at description. **Meta**, Montréal, v. 54, n. 4, p. 795-812, 2009. DOI: <https://doi.org/10.7202/038904ar>. Acesso em: 13 de outubro de 2026.

ZETHSEN, K. K.; HILL-MADSEN, A. Intralingual translation and its place within translation studies: a theoretical discussion. **Meta**, Montréal, v. 61, n. 3, p. 692-708, 2016. DOI: <https://doi.org/10.7202/1039225ar>. Acesso em: 13 de outubro de 2026.

Artigo recebido em: 14.07.2026

Artigo aprovado em: 02.09.2026